



O MERCADO COMO OBSTÁCULO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A CONCENTRAÇÃO DA IMPRENSA ESCRITA NO CHILE NA ERA DEMOCRÁTICA

Javier Couso S.

Sumário-Working Paper nº 23, julho de 2011



www.plataformademocratica.org

O mercado como obstáculo à liberdade de expressão: a concentração da imprensa escrita no Chile na era democrática

Javier Couso S.

Sumário

O trabalho que o leitor tem em suas mãos analisa o que o autor considera o problema medular em relação aos desafios enfrentados atualmente no jornalismo chileno, em seu papel de ‘*watchdog*’ do poder político e da deliberação democrática: a concentração e o viés ideológico da imprensa escrita diária, que é a que mais pesa na configuração da esfera pública do país, por sua capacidade para determinar a agenda noticiosa nacional, que é logo seguida pelos demais meios de comunicação (televisão, rádios, mídia digital, etc.).

Com efeito, após um período inicial durante a transição democrática em que foi o Estado (especificamente o Poder Judiciário) que impôs maiores entraves ao exercício da liberdade de expressão – por meio da censura prévia e de outros tipos de atentados à mesma –, à medida que o país foi eliminando a legislação que permitiu tais abusos, o grande problema que aparece complicando o desenvolvimento de um jornalismo disposto a controlar o poder sem concessões é o enorme grau de concentração da imprensa escrita. De fato, somente dois grupos empresariais (que, além disso, compartilham um mesmo viés ideológico, neoliberal na economia e conservador na política) controlam, juntos, mais de oitenta por cento da propriedade, publicidade e leitores da imprensa escrita chilena.

O cenário descrito – que já era suficientemente negativo antes que um governo de direita subisse ao poder – se transformou em um problema realmente premente no contexto da administração Piñera, que trouxe à luz o fato insólito de que *não existe atualmente no Chile nem um só jornal de oposição*, com tudo o que isso significa do ponto de vista de ‘*accountability*’ do Poder Executivo e, em geral, para o debate democrático. Assim, contra todo prognóstico, um país que é geralmente considerado como uma das democracias mais consolidadas da região latino-americana e que muitos organismos internacionais consideram que tem uma imprensa ‘livre’ exhibe um desempenho muito pobre em matéria de pluralismo e diversidade de sua imprensa escrita.

Considerando o anterior, e após revisar os antecedentes histórico-políticos que contribuíram para esta situação tão deplorável, o presente trabalho propõe políticas para tentar pôr um fim a um estado de coisas incompatível com uma democracia ‘em forma’

e conseguir uma imprensa escrita diversa e pluralista, que seja realmente assertiva em seu papel de *'watchdog'* do poder.

Dada à importância do problema observado, o trabalho se focaliza no problema da concentração e viés ideológico no âmbito da imprensa escrita, deixando fora da análise a situação da televisão, rádio e imprensa digital. Os motivos desta opção são basicamente de priorização, tanto pelo espaço disponível para analisar o problema, como pelo fato de que nos outros meios de comunicação mencionados a concentração é muitíssimo menor e não existe um viés ideológico tão marcado como no caso da imprensa escrita. Além disso – e como se disse mais acima –, no Chile, a imprensa escrita continua exercendo um papel especialmente influente na configuração da agenda noticiosa do país, o que justifica analisá-la em certo detalhe.

O trabalho termina sugerindo uma série de políticas públicas preocupadas em assegurar a existência de maior concorrência (que, por sua vez, incentive uma maior qualidade jornalística) no mercado da imprensa escrita, para o qual considera legítima uma ativa participação do Estado nestas matérias, seja concedendo subsídios para a criação de novos meios ou inclusive por meio da criação de entidades público-privadas. Em todo caso, alerta-se que, em todas essas atividades de promoção da diversidade e do pluralismo na imprensa, o Estado deveria ter sempre o cuidado de não interferir nos meios de comunicação existentes, dado que é fácil para os governos cair na tentação de aproveitar uma conjuntura de reforma para atentar contra os meios que consideram *hostis*.

O Autor

Javier Couso é Professor e Diretor do ‘Programa de Direito Constitucional’ da Universidade Diego Portales (Santiago do Chile). Também é membro do Comitê Executivo da ‘Associação Internacional de Direito Constitucional’ (IACL). Em 2006, foi ‘Tinker Distinguished Visiting Professor of Law’ na Universidade de Wisconsin-Madison e proferiu conferências nas universidades de Harvard, Bolonia e Bocconi. Seus campos de especialização são o Direito Constitucional Comparado e a Sociologia do Direito.